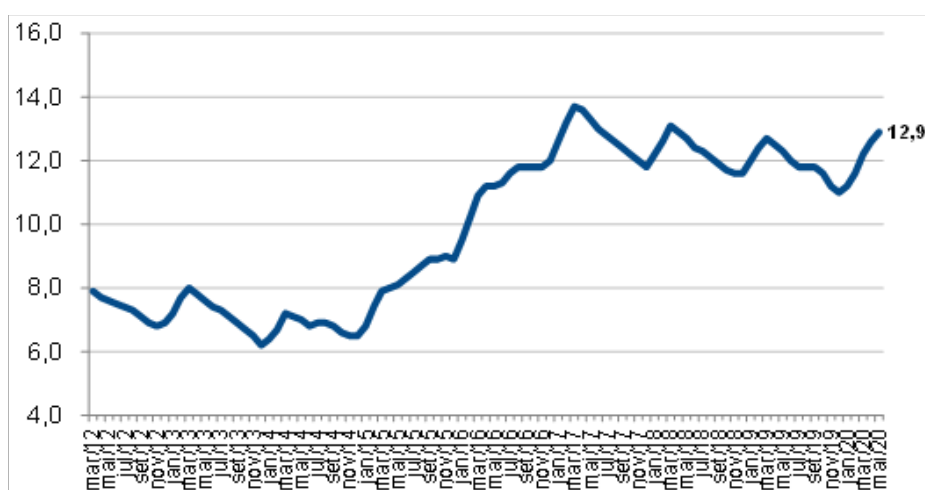


Dados divulgados entre os dias 29 de junho e 03 de julho

Mercado de Trabalho (PNAD Contínua Mensal)

Taxa de Desocupação
Média Móvel Trimestral (%)



Fonte: IBGE

Elaboração: Assessoria Econômica Fecomércio-RS

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, a taxa de desocupação média brasileira foi de 12,9% no trimestre encerrado em maio de 2020, avançando tanto em relação ao registrado no trimestre imediatamente anterior de dezembro a fevereiro de 2019 (11,6%) quanto ante o mesmo período de 2019, quando a taxa registrou 12,3%. No que se refere aos componentes da taxa de desocupação, comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior, o contingente de ocupados teve queda de 7,4%, e a força de trabalho disponível retraiu 6,9% - ambos registrando a novamente maior queda na série histórica que teve início em mar/12. Com a magnitude da queda do número de ocupados em maior medida que a força de trabalho disponível, houve avanço na taxa de desocupação. O rendimento médio das pessoas ocupadas foi de R\$ 2.460,00 no

período de março a maio de 2020, com aumento de 4,9% em relação à remuneração do mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a saída do mercado de trabalho de pessoas com rendimentos menores. Na mesma de comparação, a massa de rendimento real teve contração de 2,8%; em relação ao trimestre anterior, houve novo recorde com a queda de 5,0%, refletindo a redução no contingente de ocupados (-7,8 milhões nessa comparação). Os dados da Pnad Contínua mostram o efeito devastador das medidas de enfrentamento ao coronavírus no mercado de trabalho. Embora a taxa de desocupação tenha avançado, o indicador que revela o forte impacto da crise é o aprofundamento da queda na ocupação, observada principalmente nos trabalhos informais¹ (-5,8 milhões de ocupados). Muitas pessoas que perderam seus trabalhos não procuraram emprego, seja pelo isolamento

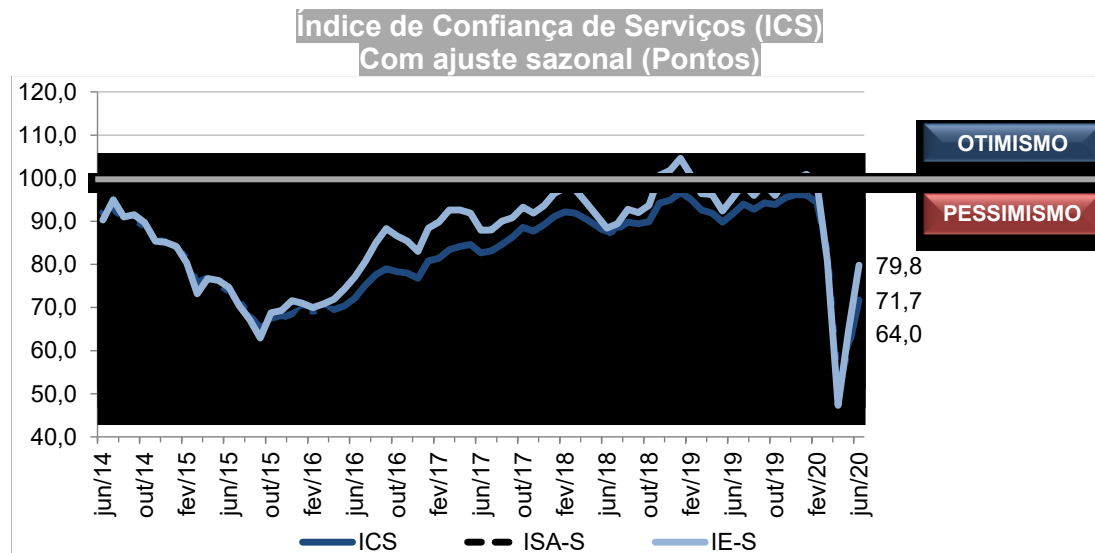
¹ São considerados informais: empregados do setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira

assinada; empregadores e conta própria sem CNPJ; e trabalhadores sem remuneração.

social, seja por não haver oportunidades, ou seja, saíram da força de trabalho, evitando um aumento ainda maior na taxa de desocupação. Como consequência da redução brusca na

ocupação, a massa salarial despencou novamente, significando famílias com menos recursos e uma perspectiva de consumo ainda mais deprimida.

Serviços (PMS)



Fonte: FGV

Elaboração: Assessoria Econômica Fecomércio-RS

O Índice de Confiança dos Serviços (ICS), da FGV, teve aumento de 18,5% no mês de junho, na série com ajuste sazonal. Aos 71,8 pontos o ICS apresentou a segunda alta consecutiva após ter registrado 51,1 pontos em abril, o menor valor da série histórica iniciada em junho de 2008. O Índice de Situação Atual (ISA-S) teve aumento de 12,3% e registrou o nível de 64,0 pontos. Já o Índice de Expectativas (IE-S) teve crescimento de 23,3% e se encontra no patamar de 79,8 pontos. Quando comparado a junho de 2019, na série sem ajuste sazonal, o ICS teve queda de 22,6% (69,0 pontos), com recuo de 27,5% no ISA-S (61,8 pontos) e baixa de 16,6% no IE-S (77,9 pontos). O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) teve redução na passagem do mês. Enquanto na série com ajuste sazonal o

NUCI foi de 78,0% em maio para 77,2% em junho, na série sem ajuste, na comparação interanual, foi de 82,0% no mesmo mês do ano anterior para 77,1% em jun/20. Este é o menor valor registrado desde o início da série histórica que teve início em abril de 2013. O resultado de junho parece sugerir que o pior momento ficou para trás. Entretanto, é necessário ter cautela ao se considerar um cenário de retomada para o setor. A queda de abril foi muito grande e, ao considerar que os resultados positivos dos últimos dois meses foram sensivelmente condicionados à melhora nas expectativas, e que o grau de incerteza permanece elevado e os dados do mercado de trabalho têm mostrado um cenário crítico para o consumo das famílias, fica difícil traçar uma tendência de recuperação consistente.

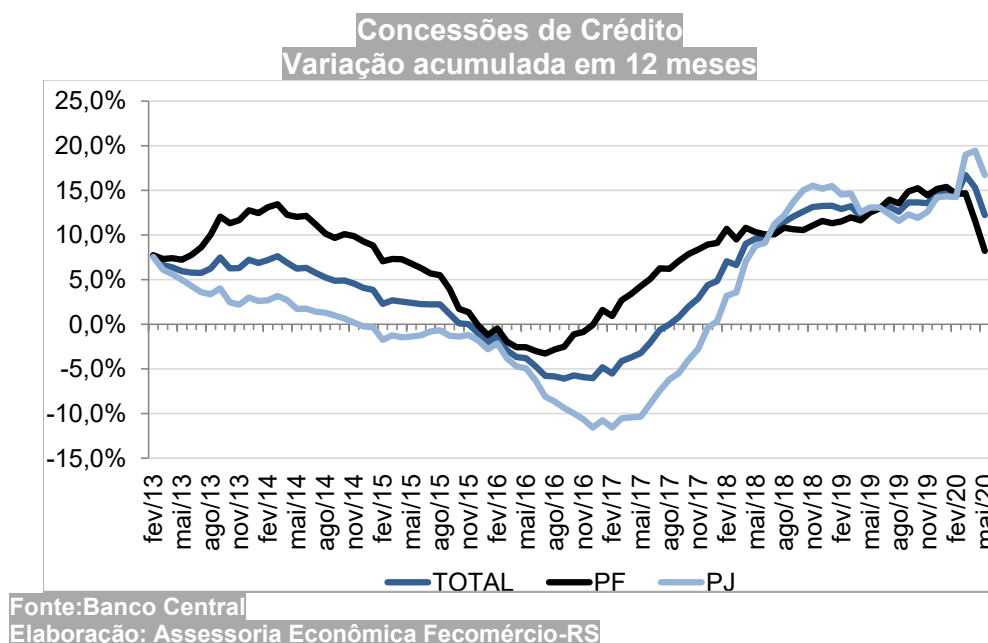
Crédito

Em maio, o estoque total de crédito do sistema financeiro nacional (incluindo recursos livres e direcionados) teve variação de 0,3% frente a abril, e registrou avanço de 9,3% em relação a maio de 2019. Com isso, o saldo totaliza R\$ 3,6 trilhões, conforme divulgado pelo Banco Central. Como proporção do PIB, o montante

total de crédito atingiu 49,7%. Na região Sul, para operações iguais ou superiores a R\$ 1 mil, o saldo total de crédito em maio foi de R\$ 693,2 bilhões, com variação de 0,4% frente ao mês anterior e crescimento de 11,4% na comparação interanual. As concessões de crédito livre tiveram queda de 4,6% em maio na

comparação com abril, na série com ajuste sazonal. Em relação a maio de 2019, as concessões com recursos livres recuaram 15,3%. No acumulado em 12 meses, em relação ao ano passado, as concessões cresceram 12,3%, resultado das altas de 16,7% para pessoa jurídica e de 8,2% para pessoa física. A taxa média de juros para as operações de crédito com recursos livres teve variação de -1,7 p.p. em maio, registrando 29,5% a.a.. O resultado teve influência do recuo de 1,8 p.p. na taxa às famílias, que atingiu 42,7%, e da taxa às empresas, que teve queda de 1,5 p.p., marcando 14,2%. A inadimplência superior a 90 dias, também para as operações com recursos livres, ficou estável em 4,0%, com a inadimplência das famílias em 5,5% e das

empresas em 2,4%. Após o boom na busca por crédito pelas empresas em março, os novos empréstimos com recursos livres tiveram o segundo mês de queda, deixando os níveis atuais de concessões abaixo do mesmo mês de 2019 em 9,4% para as empresas e 20,7% para as famílias. Observando as modalidades de crédito destinados às empresas, porém, observa-se que o financiamento para capital de giro permanece alto, ficando 78% acima dos desembolsos de maio do ano passado. Mesmo assim, a oferta dessa modalidade ainda deve ter ficado, provavelmente, aquém da demanda – algo que deve ser mitigado com a recente operacionalização do Pronampe, fundamental para fazer chegar o crédito aos menores.



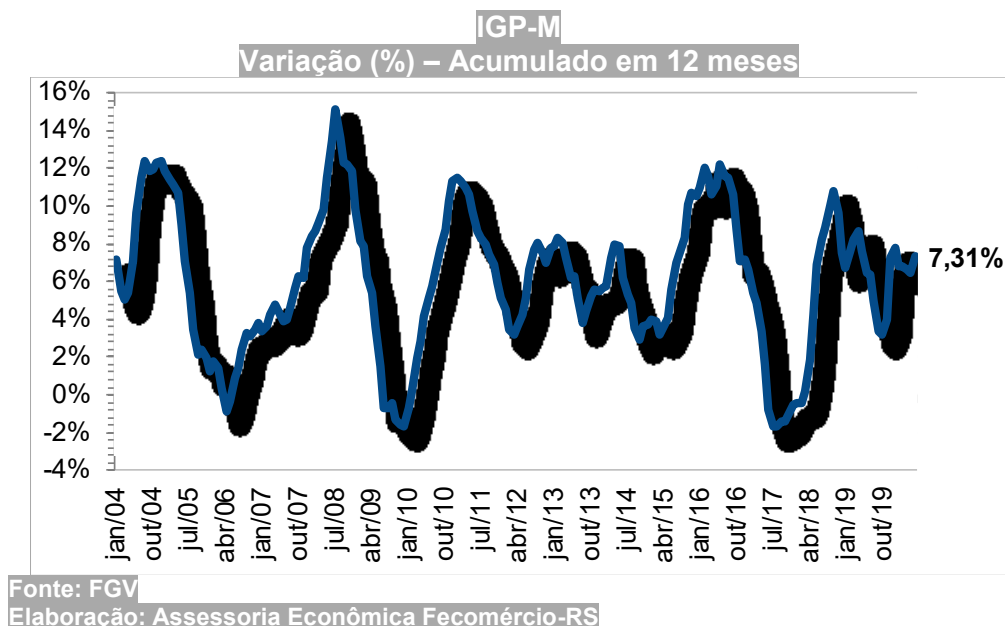
Inflação (IGP-M)

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registrou variação de 1,56% em junho. No mês anterior o indicador havia registrado variação de 0,28% e em junho de 2019, de 0,80%. Na análise dos componentes do IGP-M, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso 0,3 na composição geral do índice, teve variação de 0,04% em junho. No mês anterior houve variação de -0,60%. A principal influência desse aumento foi devida ao grupamento de transportes (-2,60% em maio para 0,21% em junho), em específico no subgrupo gasolina que passou de uma variação de -2,60% em maio para 0,21% em junho. Já o Índice de preços ao Produtor Amplo

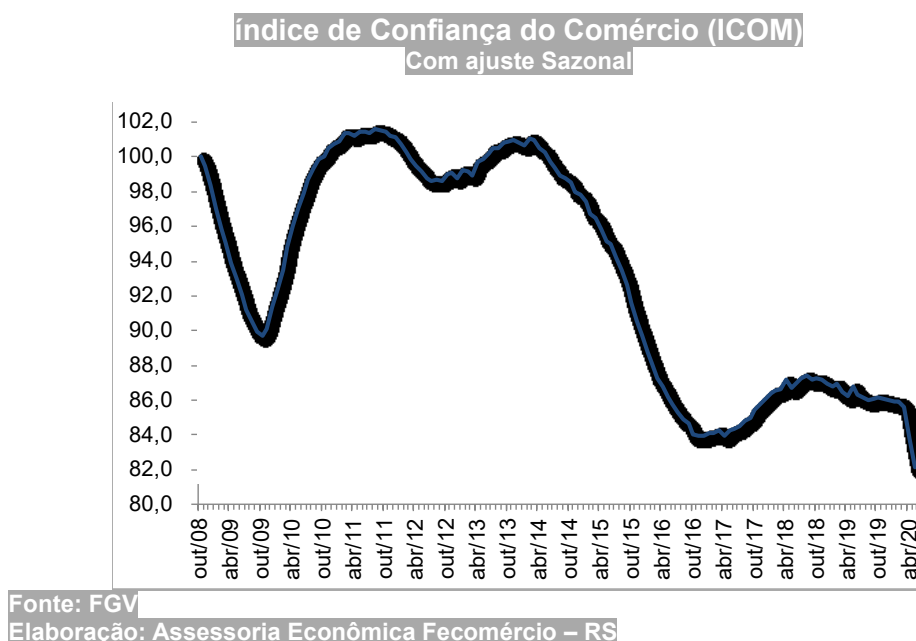
(IPA), com 0,6 de participação no IGP-M, registrou alta de 2,25%, após ter tido aumento de 0,59% em maio. A taxa do grupo Bens Finais (-0,02% em maio contra 2,45% em junho), teve como contribuição principal combustíveis para o consumo (22,14%). O Índice de Bens Intermediários variou 1,70% em junho. Em maio havia sido registrada queda de 1,34%. Já o grupo Matérias-Primas brutas, em que a taxa foi de 3,11% em maio para 2,57% em junho, foi o único a apresentar desaceleração no mês. Por fim, o Índice Nacional da Construção Civil – (INCC), que tem peso 0,1 no IGP-M registrou aumento em junho. A alta de 0,32% foi maior que o avanço

de 0,21% do mês anterior. Com estes resultados, o IGP-M acumula variação de

4,39% no ano de 2020 e de 7,31% em 12 meses.



Produção Industrial - Nacional



A produção industrial brasileira teve alta de 7,0% no mês de maio, na série dessazonalizada. No mês anterior havia sido registrada variação ajustada de -18,8%. Em relação ao mês de maio de 2019 houve retração 21,9%. Nessa mesma base de comparação, em abr/20 houve variação de

-22,2% na produção, e de -1,3% em mar/20. Assim, no acumulado do ano, a indústria nacional registrou queda de 11,3%, resultado pior que o do mês anterior (-8,3%). Em 12 meses, após a produção registrar queda revisada de 2,9% em maio, no mês de junho houve baixa de 5,4%. Em termos

desagregados, na comparação interanual, o resultado negativo prevaleceu em 22 das 26 categorias pesquisadas. Destaque para as quedas na produção de veículos automotores, reboques e carrocerias

(-71,2%), e confecção de artigos do vestuário e acessórios (-60,8%). Dentre os setores que desempenharam positivamente, cabe destacar a fabricação de alimentos (2,9%).

Política Fiscal

O Setor Público Consolidado registrou déficit primário de R\$ 131,4 bilhões em maio. Esse montante resultou dos saldos deficitários tanto do Governo Central como dos governos regionais, que registraram déficits de R\$ 127,1 bilhões e R\$ 4,8 bilhões, respectivamente. Já as empresas estatais foram superavitárias em R\$ 0,4 bilhão. O

resultado nominal, que inclui o saldo primário e o pagamento de juros, foi de déficit de R\$ 140,4 bilhões em maio. No ano passado o déficit de maio havia sido de R\$ 47,6 bilhões. A Dívida Líquida do Setor Público alcançou R\$ 3.893,4 bilhões (55,0% do PIB). A Dívida Bruta do Governo Geral, por sua vez, totalizou R\$ 5.929,1 bilhões (81,9% do PIB).

Boletim Focus

PROJEÇÕES FOCUS				
INDICADORES SELECIONADOS	2020		2021	
	Última Semana	Atual	Última Semana	Atual
IPCA	1,63%	1,63%	3,00%	3,00%
PIB (Crescimento)	-6,54%	-6,50%	3,50%	3,50%
Taxa de Câmbio – fim de período	R\$/US\$ 5,20	R\$/US\$ 5,20	R\$/US\$ 5,00	R\$/US\$ 5,05
Meta Taxa Selic – fim de período (% a.a.)	2,00%	2,00%	3,00%	3,00%
IPCA nos próximos 12 meses	3,17%			

Fonte: Banco Central (Boletim Focus de 03 de julho de 2020)

Dados que serão divulgados entre os dias 30 de março e 03 de abril

Indicador	Referência	Fonte
Levantamento Sistemático da Produção Agrícola	Junho de 2020	IBGE
Pesquisa Industrial Mensal – P. Física – Regional	Maio de 2020	IBGE
Pesquisa Mensal de Comércio	Maio de 2020	IBGE
IPCA e INPC	Junho de 2020	IBGE
Pesquisa Mensal de Serviços	Maio de 2020	IBGE

CasoCaso queira receber o **Monitor Econômico Semanal**, em versão eletrônica, entre em contato através do **e-mail**:
assec@fecomercio-rs.org.br

É permitida a reprodução total ou parcial deste conteúdo, elaborado pela Fecomércio-RS, desde que citada a fonte/elaboração.
A Fecomércio-RS não se responsabiliza por atos/interpretações/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações.